



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

DANIELE DA SILVA ROCHA

**O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE EM TEMPOS DE
PLURISSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA**

BRASÍLIA

2018

DANIELE DA SILVA ROCHA

**O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE EM TEMPOS DE
PLURISSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Direito e obtenção do título de bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: prof. *Dr. Danilo Porfírio de Castro Vieira.*

BRASÍLIA

2018

DANIELE DA SILVA ROCHA

**O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE EM TEMPOS DE
PLURISSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Direito e obtenção do título de bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

BRASÍLIA, DE OUTUBRO DE 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Danilo Porfírio de Castro Vieira, Dr.
Professor Orientador

Prof. Júlio Cesar Lérias Ribeiro
Professor examinador

RESUMO

A presente monografia apresenta o tema “A multiparentalidade em tempos de plurissignificação do conceito de família”. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais e partindo da premissa da pluralidade de vínculos familiares, foi analisado o reconhecimento da multiparentalidade no Direito de Família brasileiro. A Constituição Federal de 1988 foi um grande marco, trazendo um conjunto de princípios e valores, que influenciaram de maneira intensa nesse novo direito de família, que como um ramo jurídico dinâmico teve que se renovar para acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, na qual a afetividade passa a figurar como elemento central nos vínculos familiares. Com a possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade, pôde-se perceber a valorização da afetividade no meio familiar, e ainda observar quais os efeitos jurídicos por ele trazidos. Sendo assim, conclui-se que nos tempos atuais não há que se falar em hierarquia entre os critérios de filiação, mas sim na possibilidade de coexistirem simultaneamente, quando necessário, surgindo a multiparentalidade como a resolução mais adequada.

PALAVRAS-CHAVE: Multiparentalidade. Filiação. Direito de família. Afetividade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A PLURALIDADE FAMILIAR E O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO AFETIVA	8
1.1 TIPOS DE FAMÍLIAS.....	8
1.1.2 <i>Família monoparental</i>	10
1.1.3 <i>Família homoafetiva</i>	10
1.1.4 <i>Família reconstituída</i>	11
1.1.5 <i>Família paralela</i>	12
1.1.6 <i>Família Eudemonista</i>	13
1.2 A AFETIVIDADE COMO ELEMENTO CONSTITUIDOR DA FAMÍLIA	14
1.3 DA EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO ORIGINÁRIA DE FILIAÇÃO.....	15
1.4 FILIAÇÃO BIOLÓGICA.....	17
1.5 FILIAÇÃO ADOTIVA.....	18
1.6 FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	18
2 A MULTIPARENTALIDADE E MULTIHEREDITARIEDADE	21
2.1 RECONHECIMENTO JUDICIAL E A COPARENTALIDADE.....	21
2.2 EFEITOS DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE	23
2.2.1 <i>Registro Civil</i>	23
2.2.2 <i>Nome e parentesco</i>	25
2.2.3 <i>Guarda</i>	26
2.2.4 <i>Direitos a visita</i>	27
2.2.5 <i>Alimentos</i>	28
2.2.6 <i>Direitos Sucessórios</i>	29
3 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL SOBRE O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE E MULTIHEREDITARIEDADE	32
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A monografia apresenta em sua temática “O reconhecimento da multiparentalidade em tempos de plurissignificação do conceito de família” abordando sobre os múltiplos modelos familiares aceitos e reconhecidos pela sociedade contemporânea, em consequência da superação do modelo tradicional e patriarcal de família, bem como traz a importância da afetividade nesses novos tipos de família, aborda ainda sobre os possíveis efeitos trazidos com o reconhecimento concomitante de paternidades, biológica e socioafetiva que é a chamada multiparentalidade e por fim traz a forma que os tribunais vêm se posicionando sobre o assunto; tendo por base pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com utilização de livros, revistas e artigos.

O objetivo do trabalho é analisar o reconhecimento da multiparentalidade que de fato surgiu como solução para não mais sonegar nenhuma das paternidades, e consequentemente ao se reconhecer essa concomitância de vínculos biológico e socioafetivo trouxe consigo vários efeitos jurídicos, dentre os quais, podemos citar a questão da guarda, dos alimentos, da visita aos filhos, questão registral, sucessórias.

A escolha do tema se deu pela relevância desse recente assunto jurídico, que esta sendo cada vez mais comum na sociedade brasileira, mas ainda não possui uma legislação específica que estabeleça suas diretrizes.

Nesse sentido é que considero de relevância ímpar o estudo, tendo em vista que não se pode ignorar aquilo que ainda não existe juridicamente, visto que o Direito de família contemporâneo é um ramo jurídico dinâmico e, por assim ser, passa constantemente por diversas (des) construções de conceitos, que são superados para que possam acompanhar as mudanças sofridas na presente sociedade, na qual a afetividade passa a figurar como elemento central nos vínculos familiares.

A priori, o primeiro capítulo abordará sobre os modelos de família aceitos pelo ordenamento jurídico na sociedade contemporânea, que passa a ser plural e não mais singular, ou seja, reconhece uma multiplicidade de entidades familiares, tendo

a afetividade como elemento constituidor de família. Ademais, adentrou-se na questão da evolução da concepção originária de filiação.

Com o objetivo de compreender o tema proposto é imprescindível analisar que dadas essas possibilidades, não há que se falar em hierarquia entre os critérios de filiação, mas sim na possibilidade de coexistirem simultaneamente, quando necessário, surgindo a multiparentalidade como a resolução mais adequada.

No Segundo capítulo, a partir das considerações sobre os novos tipos de entidades familiares, adentrou-se a questão relativa à possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade, em que há a coexistência de vínculos parentais afetivos e biológicos, para depois analisar os efeitos jurídicos trazidos com a multiparentalidade.

No terceiro capítulo, acompanhando as inovações do direito de família, será evidenciada uma análise jurisprudencial para observar qual o caminho os Tribunais estão seguindo a respeito do tema, observa-se que a jurisprudência brasileira vem apresentando decisões que reconhecem a multiparentalidade, bem como que rejeitam o seu reconhecimento, levando em conta o caso concreto e atendendo o melhor interesse da criança e do adolescente.

1 A PLURALIDADE FAMILIAR E O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO AFETIVA

1.1 TIPOS DE FAMÍLIAS

Os relacionamentos de hoje são sobremaneira diferentes dos tidos há meio século, a maior diferença foi o modo como vivia essa família.

Anteriormente, a ideia de sociedade era mais rígida, caracterizada pelo individualismo e patrimonialismo (CAMPOS; LEAL; 2014, p. 24-25), onde a família quanto instituição era mais importante que o interesse de cada membro da família (LÔBO, 2017, p. 22). Havia ainda a noção de que a família estava vinculada a um sistema altamente hierarquizado, de sujeição da mulher, com a figura do pátrio poder, onde os filhos estavam sujeitos à autoridade patriarcal, e o homem possuía posição de predominância, situação essa que era muita clara e intensa nessa época. Da mesma forma que a constituição familiar estava atrelada a um registro estatal formal, fundava-se no matrimônio, como única forma constitutiva, indissolúvel. (LÔBO, 2017, p.15-16; 19).

A família contemporânea possui outras características, quais sejam: desaparece a figura de chefe de família, bem como, não existe mais a hierarquia entre homem e mulher, em que há um exercício conjunto tanto do homem quanto da mulher nesse poder familiar, uma família mais igualitária, que se preocupa com o melhor interesse da criança e do adolescente, há a igualdade entre os filhos, e não há mais que se falar em distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. (LÔBO, 2017, p. 17-18).

Para, além disso, a família contemporânea não está mais, necessariamente, decalcada no matrimônio, há uma pluralidade de entidades familiares, ou seja, traz consigo uma diversidade de modelos de se viver em família.

A pluralidade de entidades familiares tem que ser retratada na própria definição de família, onde aquele conceito clássico de família que consta no livro no início do século passado não mais serve para realidade do presente.

Segundo Diniz (2008, p. 19), “família é composta por todos os indivíduos que possuem ligação através de vínculo de consanguinidade ou da afinidade, podendo ser incluídos na definição terceiros que não possuam tais vínculos. ”

Verifica-se que quando a Constituição Federal de 1988 foi implementada no mundo jurídico, o leque de possibilidades de entidades familiares foi ampliado, onde se passou a reconhecer/proteger outras formas de famílias, que não sejam apenas aquelas constituídas por laços matrimoniais, tendo em vista que a família, tal qual podemos ver na contemporaneidade, consagra-se pelos princípios da dignidade da pessoa humana, afetividade, igualdade de filiações e pluralidade de entidades familiares. (LÔBO, 2017, p. 30).

Nesse sentido, Lôbo (2002) aduz:

Os tipos de entidades familiares explicitados nos parágrafos do art. 226 da Constituição são meramente exemplificativos, sem embargo de serem os mais comuns, por isso mesmo merecendo referência expressa. As demais entidades familiares são tipos implícitos incluídos no âmbito de abrangência do conceito amplo e indeterminado de família indicado no caput. Como todo conceito indeterminado, depende de concretização dos tipos, na experiência da vida, conduzindo à tipicidade aberta, dotada de ductilidade e adaptabilidade.

A valer, o modelo de família, passa, então, a ser plural e não mais singular, visto que a Constituição Federal reconhece a multiplicidade existente de famílias, quais sejam:

1.1.1 *Família tradicional*

A família “tradicional” era vista como unidade política, jurídica, e religiosa, como estrutura análoga à do Estado, centrada na figura do *pater famílias*. (WALD, 2002, p. 10).

A noção de família tradicional era fundamentada no homem como líder do núcleo familiar, Sua estrutura era patriarcal, legitimando o exercício dos poderes masculinos sobre a mulher, poder marital, e sobre os filhos, o pátrio poder. (LÔBO, 2017, p. 16).

1.1.2 *Família monoparental*

A família monoparental encontra previsão legal no artigo 226, §4º, da Constituição Federal de 1988. Entidade familiar formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. (BOEIRA, 1999, p. 23-24).

Segundo Leite (2003, p. 21-22):

a monoparentalidade sempre existiu se levar em consideração a ocorrência de mães solteiras, mulheres e crianças abandonadas, mas o fenômeno não era percebido como uma categoria específica o que explica a marginalidade no mundo jurídico.

Na realidade brasileira atual, há um número expressivo de entidades monoparentais (LÔBO, 2017, p. 81), em que pode ter causa pelo ato de vontade, que é o caso padrão da mãe solteira, ou por situações supervenientes, em casos de viuvez, separação de fato, divórcio, concubinato, adoção por apenas uma pessoa.

1.1.3 *Família homoafetiva*

A família homoafetiva, é aquela formada por pessoas do mesmo sexo e que, já foram reconhecidas como entidade familiar, merecedoras de proteção estatal (LÔBO, 2017, p. 84).

Assim como nas demais entidades familiares contemporâneas, a família homoafetiva tem como fundamento principal o afeto.

Segundo Lôbo (2017, p. 83), “O caput do artigo 226 adota um conceito aberto, abrangente e de inclusão”, e ao definir família, utiliza três caracterizadores, quais sejam: afetividade, estabilidade e ostensibilidade.

A afetividade é o primeiro elemento estruturante da família contemporânea, em que seria esse elemento em comum, inerente nessas relações de conjugalidade, seria integrante da relação conjugal ou de filiação para caso de pais e filhos. Ademais, a família se deu pelo agrupamento que esteve representado por uma relação de afetividade.

O segundo elemento seria a estabilidade, essa relação de estabilidade que esse integrante do núcleo familiar possui deve ser estável, ou seja, as relações familiares se prolongam no tempo.

E o terceiro elemento seria a ostensibilidade, a ostentação desse vínculo afetivo seria a publicização, o conhecimento social, em que as pessoas se manifestam assim socialmente, seria então a publicidade dessas relações, o terceiro elemento caracterizador da família contemporânea ; “não sendo admissível excluir qualquer entidade que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade, ostensibilidade e objetivo de constituição de família”.

Logo, as uniões homoafetivas são entidades familiares protegidas pela Constituição Federal, por preencherem os requisitos necessários e, possuírem a intenção de constituir família.

1.1.4 Família reconstituída

Historicamente, havia a noção de que a única forma de constituição familiar tinha base no matrimônio, e era considerada indissolúvel. Contudo, a questão da indissolubilidade, evoluiu ao longo do tempo, onde o casamento teve caráter indissolúvel até 1977. O desquite se transformou em separação judicial, amigável ou litigiosa, logo depois estabeleceram as regras, que levavam ao divórcio. (LÔBO, 2017, p. 138-139).

Em dezembro de 1977 foi editada a Lei nº 6515, instituindo o divórcio, consagrado, pelo princípio da pluralidade de entidades familiares, veio à possibilidade de reconhecimento de reconstituir esses núcleos familiares, formados por pessoas que antes compunham outras famílias, em especial as fomentadas pelo divórcio, pela separação, pelo recasamento, seguidos das famílias não matrimoniais e das desuniões. (DIAS, 2010).

As famílias reconstituídas são entidades familiares decorrentes de uma recomposição afetiva, na qual um ou ambos de seus membros traz filhos de um relacionamento familiar anterior. (GRISARD FILHO, 2007, p. 78).

Grisard (2007, p. 85) afirma ainda que, “as famílias reconstituídas são uma

estrutura complexa, conformada por uma multiplicidade de vínculos e nexos, na qual alguns de seus membros pertencem a sistemas familiares originados em uniões precedentes ”.

1.1.5 *Família paralela*

Antigamente, se falava em *Concubinatus*, ou seja, união que nasce à margem da sociedade; união que sofre preconceito social (LÔBO, 2017, p. 159). Ademais, o artigo 1727 do Código Civil, equipara o concubinato à união estável; porém no concubinato a pessoa não está separada de fato ou judicialmente, e não há exclusividade de vínculo.

Para resolver esse problema de incongruência teleológica, uma parte da doutrina dividiu o concubinato em duas espécies: concubinato puro, que é o mesmo que falar da união estável; onde há exclusividade de vínculo e o concubinato impuro, não há exclusividade de vínculo e, portanto, não se equipara à união estável. (LÔBO, 2017, p. 160-161).

A família paralela é aquela em que, de forma concomitante, pelo menos, um dos componentes do casal participa de duas ou mais formas de entidades familiares entre si.

Conforme aduz Pianovski (2006, p. 212):

[...] caso uma família seja constituída paralelamente a outra, tendo como elemento comum um componente que mantém relações de conjugalidade em ambos os núcleos, incidem sobre a hipótese deveres éticos de respeito e proteção à esfera moral e patrimonial dos componentes da outra entidade familiar. Entre esses deveres, pode estar o de tornar ostensiva a nova relação em face do núcleo original, de modo a não permitir que os componentes daquela primeira entidade familiar incorram em engano.

Segundo Lôbo (2017, p. 179-180), “a liberdade de escolha da entidade familiar não é absoluta . Em nossa cultura , há restrições para reconhecimento jurídico de certas formações familiares , apesar de existirem no mundo da vida , nomeadamente as famílias incestuosas e as famílias poligâmicas”.

Contudo, deve-se aplicar como base a boa fé objetiva nesses tipos de entidades familiares, pois mesmo sendo considerada uma afronta a monogamia, cabe a cada membro da família considerar a monogamia como uma conduta moral

ou não. Sendo, possível a família paralela, ser reconhecida como entidade familiar, como já há casos na jurisprudência a reconhecendo como tal, quando pautadas na boa fé.

1.1.6 *Família Eudemonista*

A família Eudemonista tem como fundamento a busca da felicidade; e se conquista essa felicidade por meio da afetividade. Segundo Filgueras (2001, p. 54), “a afetividade é o elemento nuclear e definidor da união familiar.”

A família Eudemonista, rege que o interesse existencial e afetivo de cada um de seus integrantes prevalece sobre a família quanto instituição, quanto pilar da sociedade, diferente daquele modelo pretérito de família tradicional. (VILLELA, 1980, p. 12-13).

Como aduz Gama (2007), a função social da família expressa no novo Código Civil, representou uma evolução da noção de “família instituição” para a de “família instrumento”:

[...] A família passou a ser vista como um instrumento de realização da personalidade e das potencialidades de seus integrantes; se, antes, ela era servida, agora deve servir aos seus integrantes, principalmente aqueles mais vulneráveis, que são as crianças, os adolescentes e os idosos.

Assim, tendo em vista esse novo conceito, as questões existenciais prevalecem sobre as patrimoniais, sendo que as questões patrimoniais aqui são importantes quanto instrumento, para se chegar aos interesses existenciais dos integrantes.

Nesse sentido, Farias e Rosenvald (2012, p. 83) disserta sobre a família Eudemonista:

[...] tendente à felicidade individual de seus membros, a partir da convivência permitindo que cada pessoa se realize, pessoal e profissionalmente, convertendo-se em seres socialmente úteis, não se confirmando ao estreito espaço da sua própria família.

É um conceito de família que busca a realização, o bem estar, a felicidade mútua de seus membros, constituindo-se pela prevalência dos laços afetivos, onde o respeito, a solidariedade, o amor, a igualdade e a liberdade são muito presentes, independente de vínculo biológico entre eles. (LÔBO, 2000).

1.2 A AFETIVIDADE COMO ELEMENTO CONSTITUIDOR DA FAMÍLIA

A afetividade não é aquilo que muitos defendem, não é afeto. Pois bem, afeto é sentimento e não está vinculado propriamente ao mundo da deliberação, mas no mundo da intuição. A afetividade não é a tutela dos efeitos do afeto. Na verdade a afetividade como princípio é o reconhecimento e tutela das deliberações de vontade, atos conscientes de vontade na perspectiva da constituição de relações familiares. (VIEIRA, 2015).

Na leitura jurídica da afetividade, inicialmente é possível perceber que o amor no nosso contexto atual de Direito de família é estranho ao direito, não está à regular, a laborar o amor. São importantes outros significantes para que possamos laborar, por exemplo, o afeto sim é relevante, é esse vínculo subjetivo, vínculo anímico que une as pessoas, ou seja, pode se ter um vínculo de afeto por uma pessoa ou por outra e efetivamente isso é relevante para os estabelecimentos dos relacionamentos familiares atuais. (CALDERÓN, 2017).

A afetividade, a priori é vista como uma atividade de afeto, ou seja, atividade exteriorizadora de um dado sentimento de afeto que uma pessoa venha a ter. Esta afetividade envolve um agir, que vem a se publicizar, ou seja, esse sentimento de afeto se exterioriza com atos e fatos que podem ser percebidos em dado meio social. Então essa atividade de afeto que é sempre representado por atos e fatos, o Direito consegue perceber. O Direito tem filtros que justamente percebem a presença de atos e fatos jurídicos. (CALDERÓN, 2017).

Em suma, afetividade nada mais é que a autonomia privada, ou melhor, a autonomia da vontade nas relações familiares. Então autonomia de vontade é liberdade mais autoresponsabilidade, autonomia privada mais autoresponsabilidade. Afetividade é a liberdade de constituir família e a sujeição obrigacional de seus efeitos. (VIEIRA, 2015).

Não basta simplesmente escolher com quem estabelecer uma relação de pater filiação, não basta apenas à escolha racional, consciente, razoável e lícita que esteja fundamentada na boa fé para que constitua as diversas formas de instituições familiares, é preciso que essa disposição de vontade seja, primeiramente, pública, ou seja, a sociedade precisa antes de tudo conhecer a deliberação de vontade e

seus efeitos e não basta apenas a publicidade dessa deliberação de vontade, mas a continuidade neste processo de deliberação pública na constituição familiar, a importância da identificação do nome, da aparência nesse processo constitutivo de deliberação familiar. (VIEIRA, 2015).

1.3 DA EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO ORIGINÁRIA DE FILIAÇÃO

No período da família tradicional, havia a ideia de que a filiação estava sempre atrelada ao matrimônio, ao casamento civil devidamente formalizado, ao vínculo biológico que deveria estar presente ou a adoção, como exceção.

Na década de 80, instalou uma discussão entre os biologistas, que diziam: “a filiação é eminentemente biológica e decorrente da descendência genética” e os não biologistas que diziam: “a filiação pode estar atrelada a fatores de convivência e fatores culturais que não necessariamente, sempre estará atrelado ao vínculo de sangue”.

Um dos precursores, que acolheu o paradigma da afetividade foi João Batista Vilela. Em 1979 já se falava de desbiologização da paternidade, demonstrando que o vínculo paterno filial, não era sempre, nem necessariamente, biológico. Ademais, os vínculos de paternidade poderiam ocorrer de “forma cultural”, por uma ligação social, vivenciada na prática, o que veio então se denominar como uma relação socioafetiva.

Em meados da década de 90 surge o exame de DNA que passa a permitir, se dizer essa descendência biológica genética com quase 100% de certeza científica, em que o DNA iria se instaurar como resposta única e definitiva em todos os casos. (VARGAS; WELANG, 2004, p. 27-32).

Entretanto não foi bem assim, em paralelo ao avanço do DNA, surgiu um ditado na sociedade muito intenso no Brasil, “pai é quem cria”, o que está subjacente nesse ditado, pai é efetivamente quem exerce o vínculo de paterno filial diariamente, pai é quem naquela dada família exerce a função paterna de fato; então essa noção de “pai é quem cria”, quer dizer que o vínculo de filiação e paternidade não é quem está sempre atrelado ao vínculo biológico, o pai pode não ser o

ascendente genético daquela criança, mas como exerceu essa função paterna por um dado tempo, é identificado como pai e para sociedade é suficiente. (LÔBO, 2004, p. 523).

Com isso, passou-se a prestar mais atenção nesse vínculo socioafetivo, que não estaria mais decalcado nesse vínculo biológico, ou seja, não existiria vínculo biológico nesse dado pai e dado filho, mas mesmo assim haveria uma relação paterna filial, não era um vínculo formal, registral, nem biológico, mas havia um vínculo real, concreto e afetivo. (WELTER, 2003, p. 15-16).

Atualmente há pluralidade de vínculos de filiação, todos com os mesmos direitos, em que demonstram a nova feição da família contemporânea, um novo modelo. A Constituição Federal de 1988 foi um grande marco, trazendo um conjunto de princípios e valores, que influenciaram de maneira intensa nesse novo direito de família.

Segundo Lôbo, em diversos dispositivos da Constituição Federal, como os artigos 226 e 227, percebe-se a consolidação dos vínculos afetivos, reconhecimento da afetividade; mesmo que nas entrelinhas da Constituição Federal. Bem como no código civil de 2002, onde há o acolhimento da afetividade, por exemplo, os artigos 1583 e 1584 do mesmo diploma legal, ao regular a guarda e a convivência familiar percebe-se a afetividade de forma implícita e até explicitamente, ao dizer que “um dos critérios é o vínculo de afetividade”, ou seja, paulatinamente a legislação passou a cuidar da afetividade.

Não há uma prevalência, a priori ou em abstrato entre as espécies de vínculo de filiação, o princípio da igualdade também reverbera nas questões de filiação, onde todos os filhos são iguais, então todas as espécies de vínculo de filiação também devem ser respeitadas, tratadas de maneira igual, estão no mesmo status constitucional, mas cada caso concreto pode ter a prevalência de uma a outra modalidade de vínculo, de acordo com a peculiaridade jurídica apresentada, poderá ser que eu tenha uma solução que o poder judiciário aponte nesse caso prevalecerá apenas o vínculo biológico, em outro caso poderá ter o vínculo socioafetivo declarado, tema da Repercussão Geral 622, de Relatoria do Ministro Luiz Fux, a possibilidade de manter os dois vínculos. (CALDERÓN, 2017, p. 181).

Logo restou claro nas questões paterno filiais, que a afetividade está presente como novo paradigma, vindo a influenciar as paternidades socioafetiva. (CALDERÓN, 2017).

1.4 FILIAÇÃO BIOLÓGICA

Filiação biológica ou natural é a relação que se estabelece por laços de sangue, entre uma pessoa e seu descendente em linha reta do primeiro grau. (FUJITA, 2011, p. 65).

Durante muito tempo a sociedade tem a ideia de que filho é sempre de sangue, ou seja, sempre descendente genético de seus pais; há a ideia que filho é quem descende geneticamente de outrem, é uma noção que ainda está presente de certo modo, mas ao parar para analisar diversas situações, verifica-se que nem sempre isso é verdade, mesmo no período pretérito, nem sempre foi o vínculo biológico prevaleceu no vínculo da filiação, como muitas vezes se tem a impressão numa análise superficial.

Nesse sentido Fachin (2012, p. 9) relata que a filiação no senso comum das pessoas refere-se à filiação biológica: “quando se está a versar sobre a questão atinente à paternidade e à maternidade, o dado que costuma vir à mente, em um julgamento superficial fundado no senso comum, é a busca do vínculo biológico.”

Segundo Fachin (2012, p. 10):

O biologismo não assume o papel exclusivo de base apta a determinar paternidade. Se assim fosse, inviável seria, por exemplo, a doação de material genético, com a inseminação artificial heteróloga: os pais seriam sempre os doadores dos gametas. Não é, entretanto, como se sabe, o que ocorre. A paternidade é mais do que uma determinação simplesmente biológica.

Assim, a verdade biológica não é o suficiente para determinar os verdadeiros laços que vinculam um pai, uma mãe a um filho. É uma relação que “transcende a lei e o sangue”, fazendo com que uma pessoa ame e dedique sua vida a criar uma criança e que esta busque conforto, carinho e atenção. (NOGUEIRA, 2001, p. 84).

1.5 FILIAÇÃO ADOTIVA

Dispõe Fujita (2011, p. 54) que a filiação adotiva “é aquela proveniente de uma adoção, pela qual, mediante sentença judicial constitutiva, é estabelecido um vínculo jurídico entre adotante, ou adotantes, e adotado”.

Na adoção em regra ocorre à desconstituição da família antiga, ou seja, cancela/desconstitui a família antiga e ganha uma família nova. Diferentemente do que ocorre quando se tem uma filiação socioafetiva, em que muda o próprio conceito de família, sai da noção de consanguinidade e vai para a importância do vínculo amor.

Ademais, quando se tem de fato essa filiação socioafetiva se faz uma ação chamada de ação declaratória de socioafetividade, em que se prova o vínculo de amor, relação de carinho, de afetividade. Declara o amor existente entre essas pessoas, e para gerar seus efeitos ocorre à mudança no cartório do registro de nascimento, ou seja, no campo filiação passa se a constar dois pais e/ou duas mães.

Contudo, conforme aduz Fujita (2011, p. 75), é inquestionável que, na filiação adotiva, se encontra presente a afetividade, envolvendo um adotante (adoção unilateral) ou um casal de adotantes (adoção bilateral), de um lado, e o adotado, de outro, outorgando para este todos os direitos e qualificações a que tem direito um filho, na forma preconizada pelo art. 227, § 6º, da Constituição Federal e repetida pelo art. 1.596 do Código Civil de 2002.

Em termos gerais, na socioafetividade se ganha um pai e/ou uma mãe, não perde o que já tinha; já na adoção, em regra, ocorre à desconstituição da entidade familiar anterior e cria uma nova, sempre respeitando o Estatuto da criança e do adolescente, e o interesse do menor.

1.6 FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Segundo Pereira (2014, p. 337), “a filiação socioafetiva, é a filiação decorrente do afeto, ou seja, aquela que não resulta necessariamente, do vínculo genético, mas

principalmente de um forte vínculo afetivo . Pai é quem cria e não necessariamente quem procria”.

O reconhecimento da filiação socioafetiva decorre da “posse do estado de filho”, a crença da condição de filho , que se funda em fortes laços de afeto construídos ao longo do tempo (PEREIRA, 2014, p. 543).

Em “A desbiologização da paternidade” , Villela (1979) já dizia que muitas vezes “a filiação pode ser mais um dado cultural, um dado social, uma experiência concreta vivenciada na vida, do que a uma gota de sangue a determiná-la”, sendo um dos precursores da filiação socioafetiva.

Dispõe Dias (2007, p. 68):

O afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da convivência familiar, não do sangue. Assim, a posse do estado de filho nada mais é do que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de garantir a felicidade, como um direito a ser alcançado. O afeto não é somente um laço que envolve os integrantes de uma família. Igualmente tem um viés externo, entre as famílias, pondo humanidade em cada família, compondo, no dizer de Sérgio Resende de Barros, a família humana universal, cujo o lar é a aldeia global, cuja base é o globo terrestre, mas cuja origem sempre será, como sempre foi, a família.

O artigo 1593 do Código Civil aduz: “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”, pois bem a elocução: “de outra origem” vem, justamente a representar a possibilidade de o parentesco ser de uma origem afetiva. Ademais, o artigo 1596 do mesmo diploma legal abole as distinções entre os filhos, igualando-os na sua totalidade, protegidos pela Constituição Federal, no artigo 227.

A socioafetividade é um elemento constituído por dois diferentes aspectos, o social e o afetivo; é justamente o reconhecimento no meio social dessa dada relação afetiva, a publicização dessa relação, por meio de três elementos: a reputação ou fama que seria justamente a notoriedade, a publicidade desse relacionamento afetivo que eles têm, ou seja, a sociedade, toda a família tem conhecimento de que eles se relacionam que eles são pai e filho; o nome seria o registro em si, o reconhecimento voluntário por aquele que não tem qualquer laço sanguíneo com a criança e o trato é o tratamento dispensado entre eles de pai e filho, o

reconhecimento que eles têm como sendo de pai e filho. (CALDERÓN, 2017, p. 148).

A socioafetividade reforça que o vínculo afetivo deve ser à base de uma família. Afinal a filiação socioafetiva é vista como uma construção da realidade fática, em que ser pai não é apenas ter contribuído geneticamente para a formação de um novo ser, do contrario, ser pai envolve comprometimento, vinculação afetiva, ou seja, prestar apoio emocional, educacional, afetivo e tudo o que o poder familiar pressupõe, de forma que os pais biológicos e afetivos devem ter os mesmos direitos e deveres.

Segundo Lôbo (2004):

A afetividade é construção cultural que se dá na convivência sem interesses materiais que apenas secundariamente emergem quando ela se extingue. Revela-se em ambiente de solidariedade e responsabilidade. Como todo princípio, ostenta fraca densidade semântica, que se determina pela mediação concretizadora do intérprete, ante cada situação real. Pode ser assim traduzido: onde houver uma relação ou comunidade unidas por laços de afetividade, sendo estas suas causas originária e final, haverá família. A afetividade é necessariamente presumida nas relações entre pais e filhos, ainda que na realidade da vida seja malferida, porque esse tipo de parentesco jamais se extingue.

Logo, a paternidade, verdadeiramente, decorre da socioafetividade. Verifica-se que o legislador optou por dar relevância ao caso concreto e a realidade social em vista dos preceitos jurídicos preexistentes, trazendo ao primeiro patamar a importância do afeto existe entre duas pessoas que exercem a situação fática de pai (s) e filhos (s), sem deixar de lado a existência e a responsabilidade da filiação biológica, reconhecendo a multiparentalidade.

2 A MULTIPARENTALIDADE E MULTIHEREDITARIEDADE

O objetivo do presente capítulo concentra-se na demonstração do reconhecimento da multiparentalidade, bem como abordar um pouco sobre a diferenciação entre o instituto da multiparentalidade e Coparentalidade. Ademais, buscar-se-á compreender quais sejam os efeitos jurídicos decorrentes desse reconhecimento.

2.1 RECONHECIMENTO JUDICIAL E A COPARENTALIDADE

Realidade na jurisprudência brasileira sobre a hipótese de mais de um pai e uma mãe. É o fim do modelo dúplice de duas pessoas no registro de nascimento de alguém, em que a socioafetividade trouxe a possibilidade desta parentalidade afetiva coexistir com outra parentalidade, por exemplo, a registral.

Segundo Dias (2013, p. 385):

[...] coexistindo vínculos parentais afetivos e biológicos, mais do que apenas um direito, é uma obrigação constitucional reconhecê-los, na medida em que preserva direitos fundamentais de todos os envolvidos, sobretudo a dignidade e a afetividade da pessoa humana.

Então, já se admite que alguém tenha pelo menos duas mães e um pai ou dois pais e uma mãe. Pais afetivos se somando a pais biológicos, porque uma parentalidade não precisa obrigatoriamente excluir a outra, em que é totalmente possível que tanto a parentalidade afetiva quanto a parentalidade biológica coexistam e criem esta chamada multiparentalidade.

Diferente da multiparentalidade, um pouco desconhecido ainda, pois é um assunto novo, a Coparentalidade ocorre quando duas pessoas querem ter um filho e se unem para fazer um contrato para criação desse filho; o contrato permite criar, educar juntos, passar crenças e valores, mas cada um na sua casa.

É uma forma de entidade familiar diferente, uma remodelagem desse modelo de família, aqui não há que se falar em laços. Nesse contrato se estabelece algumas variáveis de cuidado com a criação dessa criança, tendo muitos desafios a serem

enfrentados, tendo em vista que se trata de duas pessoas que não se conhecem, não têm afetividade, para criar, constituir valores, e direcionar uma criança.

É a situação em que pais se apóiam na criação de um menor, eles dividem as funções dessa criação, dividem também as funções de chefes de família dessa criança; nesse caso funciona mais ou menos como se fosse uma guarda compartilhada. A relação nesse novo modelo de entidade familiar não deve ser amorosa, tendo em vista que essas pessoas se encontraram com o objetivo único de gerar um filho, então não há esse tipo de expectativa.

Como na coparentalidade as pessoas não têm relações amorosas afetivas, normalmente “o casal” se utiliza de técnicas de reprodução assistida.

Segundo Pereira (2017), a partir do momento em que a ideia de parentalidade ficou separado de conjugalidade as pessoas ficaram mais livres para estabelecer seus vínculos parentais, portanto família coparental é aquela onde as pessoas se encontram apenas para ter filhos, querem apenas ter filhos sem uma família conjugal, e se faz necessário ou conveniente que se estabeleça um contrato estipulando as regras daquela convivência, por exemplo, questão da guarda compartilhada, sustento, enfim, como um casal qualquer com a única diferença de que não haverá sexualidade presente.

Já a multiparentalidade é um instituto caracterizado pela coexistência de um vínculo parental biológico e um vínculo socioafetivo. O requisito principal é a afetividade, em que o vínculo afetivo tem que estar presente. Ademais, sua finalidade não é previdenciária, sucessória, existe essa repercussão, no entanto, o requisito que os doutrinadores exigem para sua caracterização é a afetividade.

Sem a multiparentalidade teria a destituição do poder familiar de um dos pais, não tendo a coexistência. Logo, a multiparentalidade veio como solução para não mais sonegar/excluir nenhuma das paternidades e sim coexistir, quando de fato exercerem essa paternidade.

2.2 EFEITOS DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE

Segundo Welter (2012, p. 144):

[...] em decorrência, a paternidade genética não pode se sobrepor à paternidade socioafetiva e nem esta pode ser compreendida melhor do que a paternidade biológica, já que ambas são iguais, não havendo prevalência de nenhuma delas, porque fazem parte da condição humana tridimensional, genética, afetiva e ontológica. Assim, não reconhecer essas duas paternidades, ao mesmo tempo, com a concessão de 'todos' os efeitos jurídicos, é negar a existência tridimensional do ser humano, que é reflexo da condição e da dignidade humana, na medida em que a tridimensionalidade humana, genética, afetiva e ontológica, é tão irrevogável quanto a vida, pois faz parte da trajetória da vida humana.

Uma vez consolidada a paternidade socioafetiva, a criança se encontrando na situação de posse de estado de filho, esse filho socioafetivo terá os mesmos direitos que um filho biológico. A própria Constituição Federal, em seu artigo 227 parágrafo 6 consagrou o princípio da igualdade dos filhos. Então, desde 1988 não se admite mais, aqui no Brasil nem um tipo de diferenciação em relação à filiação, a origem da filiação.

No Brasil, praticamente, em cada estado há pelo menos um caso na jurisprudência de decisão autorizando a multiparentalidade. Nova realidade brasileira, que após seu reconhecimento haverá várias consequências jurídicas de como exercer o poder familiar, por exemplo: a questão da guarda, dos alimentos, da visita aos filhos e por consequência o direito sucessório, e como estabelecer isso tendo três pessoas no registro de nascimento?

2.2.1 *Registro Civil*

Para que a multiparentalidade esteja regularmente constituída, ganhe publicidade perante a sociedade, bem como produza seus efeitos jurídicos, há a necessidade de que todas as pessoas envolvidas figurem no registro de nascimento. (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2009, p. 53).

Nesse sentido, Cassettari (2014, p. 178-179), defende que após o reconhecimento da parentalidade socioafetiva, deve, obrigatoriamente, ser averbada em registro civil. Ademais, aduz que essa averbação é de suma importância

[...] para ganharem publicidade e conseguirem, de forma mais efetiva, a produção dos seus regulares efeitos, e para facilitar a prova dessa questão para os atos do dia a dia, já que a certidão expedida pelo cartório irá fazer prova plena do que já ocorreu no processo judicial, sem a necessidade de maiores formalidades e documentos, pois, não podemos esquecer, que o §1º do art. 100 da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) estabelece que, antes de averbadas, as sentenças não produzirão efeito contra terceiros. Apesar de essa regra estar inserida no artigo que trata do livro do casamento, entendemos que ela também se aplica, analogicamente, ao do nascimento e óbito [...].

A decisão 622 do Supremo Tribunal Federal “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”, ou seja, a multiparentalidade já é reconhecida judicialmente, em que há o reconhecimento simultâneo de ambas as formas de paternidade; reconhecendo a possibilidade de uma criança ter em seu registro civil o nome dos pais biológicos e dos pais socioafetivos.

Segundo Póvoas (2012, p. 89):

[...] a importância do registro de nascimento é indiscutível e, por mais que nunca ninguém será pai somente porque o papel diga que assim o é, certo que é fundamental que os genitores o sejam de pleno direito, inclusive registralmente.

Com o provimento n.º 63 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cartórios já estão autorizados a emitirem certidões com este novo modelo de filiação multiparental, em que é possível ter, oficialmente, dois pais e duas mães; desde esteja assegurado melhor interesse da criança:

Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

1º O reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade será irrevogável, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.

2º Poderão requerer o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de filho os maiores de dezoito anos de idade, independentemente do estado civil.

Em princípio não precisa de autorização judicial na averbação do reconhecimento de paternidade socioafetiva, desde que todos os envolvidos, pai e mãe registral; filho maior de doze anos e pai socioafetivo estejam presentes ao ato, submeter à autorização judicial se uma das partes não manifestar a concordância ou

o filho quando a lei o exigir, art. 11 parágrafo 4 e 6 do provimento. (ARPEN BRASIL, 2017).

De uma maneira geral as mudanças ocorridas no provimento 63 tiveram como marco a parentalidade socioafetiva e a multiparentalidade; o que se teve foi uma supervalorização da certidão de nascimento, em que se centraliza/unifica todas as informações da vida civil de um cidadão em um documento só. (PEREIRA apud CALDERÓN, 2017).

Alguns criticam as mudanças ocorridas no provimento 63, dizendo ser inconstitucional, tendo em vista que ao se fazer o registro de filiação, há a implicação de diversos efeitos advindos desse registro, e com o provimento se pode fazer esse reconhecimento de filiação socioafetiva perante registro público, facilitando muito algo gera muitas conseqüências no âmbito do direito da personalidade, patrimonial, da pessoa. Contudo, os que estão de acordo com o provimento afirmam que ele veio apenas para se adequar as atuais demandas da sociedade, não sendo por essa razão inconstitucional.

Logo, o registro da filiação multiparental “só traz benefícios aos filhos, auferindo-lhes de forma incontestável e independentemente de qualquer outra prova, todos os direitos decorrentes da relação parental”. (PÓVOAS, 2012, p. 91).

2.2.2 *Nome e parentesco*

Reconhecida a existência da multiparentalidade, o nome do filho, sem qualquer impedimento legal poderá ser composto pelo prenome e o apelido de família de todos os genitores, tendo em vista que o uso do nome do pai pelo filho é direito fundamental e sua utilização não pode ser vedada. (PÓVOAS, 2012, p. 94).

Nesse sentido, em vista do art. 54, itens 7º e 8º, da Lei nº 6.015/1973 – Lei de Registros Públicos determina que no registro devam constar os nomes e prenomes dos pais e dos avôs maternos e paternos. Assim, no registro de nascimento constará como pais os nomes dos pais biológicos, do pai ou mãe socioafetivo(a), bem como constarão como avós todos os ascendentes destes. (RIZZARDO, 2014).

Segundo Calderón (2017, p. 228):

o nome do filho em questão, que pode sofrer ou não alteração a partir desse reconhecimento. Por ser o nome uma expressão da identidade e da subjetividade da pessoa, um típico direito da personalidade, pode sofrer ou não alteração a partir dessa decisão, conforme o caso concreto. Logo, a alteração do nome ou não para inclusão do patronímico do novo pai reconhecido dependerá do interesse do filho em ver processada tal alteração ou não.

Para Brandelli (2012, p. 208), o nome de família deve identificar a família a qual pertence o portador do nome, identificando sua origem familiar, sendo não necessariamente, biológica, mas sim real.

A possibilidade de inclusão do sobrenome de quem foi reconhecida a paternidade ou maternidade, existe desde 2009, com advento da Lei nº 11.924 conhecida como Lei Clodovil, que incluiu o parágrafo 8º no artigo 57 da Lei de Registros Públicos, em que se permite a inclusão do sobrenome do padrasto ou da madrasta, sem retirar o sobrenome dos pais biológicos. Salienta-se que deve haver motivo ponderável, bem como expressa concordância destes. “Trata-se de um belo indício de multiparentalidade, pois, apesar de a lei não falar da inclusão do nome como pais ou mães, acreditamos que esse foi mais um dos argumentos para que isso ocorresse em nossa jurisprudência”. (CASSETTARI, 2014, p. 181).

A respeito do parentesco, com o reconhecimento da multiparentalidade, há o estabelecimento de vínculo de parentesco entre o filho e todos os parentes dos pais/mães. O filho terá parentesco em linhas reta e colateral, até quarto grau, com a família do pai/mãe biológicos e afetivos, sendo que este grau de parentesco serve para todas as hipóteses previstas em lei. (PÓVOAS, 2012, p. 92-93).

Segundo o artigo 1593 do Código Civil “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”, pois bem a elocução: “de outra origem” fundamenta a existência da parentalidade socioafetiva, sendo aplicável, por essa razão, todas as regras de parentesco natural ao socioafetivo. (CASSETTARI, 2014, p. 106).

2.2.3 *Guarda*

Em casos de quebra de vínculo conjugal a guarda dos filhos biológicos ou não biológicos, a priori, para fixação da guarda do menor deve-se levar em conta o que for melhor para criança, analisando cada caso concreto. (PÓVOAS, 2012, p. 95).

Segundo Chaves (2009, p. 487-499):

[...] nada obsta que a guarda de uma criança seja deferida ao pai ou mãe afim, em detrimento dos pais biológicos, desde que esse caminho seja indicado pelo melhor interesse da criança. Por exemplo, no caso em que ambos os genitores mostrem desinteresse e desmazelo para com os filhos e o pai ou mãe afim evidencie uma relação de extrema afinidade e afetividade com as crianças.

É possível o compartilhamento da guarda entre os dois pais/mães reconhecidos (as) em multiparentalidade, as situações que envolvam crianças e adolescentes. Não parece haver qualquer impeditivo para tal compartilhamento entre três ou mais pessoas, embora isso possa envolver uma maior complexidade, mas certamente é uma questão que demandará maiores reflexões dos familiaristas. (CALDERÓN, 2017, p. 229).

Nesse sentido, Póvoas (2012, p. 96) defende a possibilidade de que seja determinada a guarda compartilhada, se houver harmonia na relação entre os genitores.

Ademais, a guarda poderia ser determinada a terceiro, conforme aduz o artigo 1.616 do Código Civil: "A sentença que julgar procedente a ação de investigação produzirá os mesmos efeitos do reconhecimento; mas poderá ordenar que o filho se crie e eduque fora da companhia dos pais ou daquele que lhe contestou essa qualidade".

Segundo Póvoas (2012, p. 95):

Assim, há que se analisar, à luz de estudos feitos por equipe interdisciplinar, com quem deve permanecer o menor, sendo óbvio que em casos tais o melhor critério é a afinidade e a afetividade e, portanto, os pais afetivos levam sensível vantagem para ficar na guarda dos menores que possuem mais de um pai ou de uma mãe.

Cassettari (2014, p. 117) afirma que o pai ou a mãe socioafetivos tem direito à guarda dos filhos, não havendo preferência entre pais biológicos e socioafetivos, sendo o melhor interesse da criança o critério a ser atendido.

2.2.4 *Direitos a visita*

Segundo Póvoas (2012, p. 97), a disposição do artigo 1589 do Código Civil aplica-se nos casos de multiparentalidade:

Art. 1589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

Nessa mesma linha, Calderón (2017, p. 229), afirma que todos os reconhecidos como pais terão direito à convivência com os filhos, de modo que essa convivência também deverá ser compartilhada entre todos, sempre com prevalência do melhor interesse da criança e do adolescente.

Cassettari (2014, p. 118), afirma que:

[...] Não há preferência para o exercício do direito de visita de uma criança ou adolescente em decorrência da parentalidade ser biológica ou afetiva, pois o que deve ser atendido é o melhor interesse da criança, lembrando que tal direito é extensivo, também, aos avós, não apenas biológicos, mas também, socioafetivos.

Ademais, não há preferência para o exercício do direito de visita, ou seja, não há que se falar em prevalência de uma parentalidade sobre a outra, o que se leva em consideração é sempre o melhor interesse da criança, em que a convivência somente deve ser impedida havendo evidências de esta seria prejudicial à criança. (CASSETTARI, 2014, p. 118).

Ou seja, o direito de visitas é assegurado ao pai/mãe que não ficar com a guarda do menor, devendo ser garantido esse contato, levando em consideração a importância do vínculo de afinidade, bem como construção do laço afetivo que deve ser conservado.

2.2.5 Alimentos

Caso seja rompida a convivência familiar com quaisquer das figuras parentais, biológico, presumidas socioafetivo, o menor terá mecanismos jurídicos capazes de proteger seus direitos fundamentais, em que poderá ter o direito de receber pensão alimentícia independente do vínculo ser afetivo ou biológico.

A verba alimentar também poderá sofrer influxos a partir do reconhecimento de uma situação multiparental. A verba alimentar deverá ser arbitrada de acordo com essa nova realidade (mais um pai), mas sempre com observância do melhor interesse do filho e com respeito às balizas tradicionais da obrigação alimentar, quais sejam: necessidade, possibilidade, proporcionalidade. Salienta-se que apenas

o caso concreto poderá ditar a melhor solução, inexistindo uma verdade absoluta. (CALDERÓN, 2017, p. 229).

Remetem-se aos artigos 229 da Constituição Federal de 1988 e 1694 do Código Civil, respectivamente:

[...] os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitam para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Segundo Póvoas (2012, p. 95), estendem-se aos múltiplos genitores as regras ordinárias em relação à verba alimentar, ou seja:

A obrigação alimentar gerada pelo reconhecimento da multiparentalidade é a mesma já existente no caso de biparentalidade, por exemplo, ou seja, tanto em relação ao pai biológico quanto ao pai afetivo, seria observada a disposição contida no artigo 1.696 do código civil, que estabelece que o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

A declaração do vínculo parental de filiação, seu conhecimento é bilateral, ou seja, é uma via de mão dupla, em que seus efeitos também são bilaterais. Assim, quem tiver declarada uma situação de multiparentalidade poderá vir a ter que prestar alimentos a todos os pais com os quais possui vinculação, o que pode vir a ocorrer no fim da vida desses pais. (CALDERÓN, 2017, p. 229).

2.2.6 *Direitos Sucessórios*

A partir do momento de que um filho é reconhecido, passará a ter os mesmos direitos sucessórios dos outros filhos que o indivíduo possa ter, ou seja, por exemplo, se um homem não casado, sem companheira morre e possuía quatro filhos, sendo dois biológicos e dois socioafetivos, cada um deles terá direito a uma quota igualitária de vinte e cinco por cento dos bens a serem divididos, em que a igualdade entre os filhos deve existir em todo e qualquer caso, sendo vedada

qualquer discriminação quanto à natureza dessa filiação. (LATINI; SILVA; PELLIZZONI, 2017).

Conforme aduz o próprio artigo 227, § 6º da Constituição Federal: “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”, ou seja, terão os mesmos direitos, inclusive direitos sucessórios, independentemente da forma de reconhecimento dos filhos, sejam biológicos, afetivos.

O que se busca no judiciário é dar os efeitos jurídicos para a parentalidade decorrente do afeto em que não se deve analisar a afetividade apenas pelo lapso temporal essa avaliação deve ser mais rigorosa; se a parentalidade afetiva sobrepõe ou coexiste com a biológica, dependendo de cada caso concreto, tendo em vista que não há uma verdade absoluta.

Segundo Carvalho (2017, p. 331), o direito à herança é cláusula pétrea, com previsão no artigo 5º, XXX da CF e, uma vez reconhecida e oposta ao termo de nascimento a multiparentalidade, o recolhimento múltiplo de direito sucessório paterno ou materno nada mais é do que efeito natural e consequente da morte de quaisquer dos ascendentes a favor do descendente de primeiro grau (art. 1.829, I, do CC, c/c o art. 227, § 6º, da CRFB).

Conforme afirma Veloso (2017), ser possível cumular heranças com o reconhecimento de multiparentalidade, não havendo nenhum equívoco na medida:

[...] o filho socioafetivo é tão filho quanto o filho biológico, e tem todos os direitos – e deveres! – de um outro filho, qualquer que seja a natureza da filiação. Por exemplo: o filho socioafetivo tem pleno direito à herança de seu pai. Mesmo que já tenha recebido, antes, ou tenha a expectativa de receber, futuramente, herança, de um outro parente, inclusive, de seu pai biológico. É fácil explicar: se o sujeito tem dois pais, com a paternidade juridicamente estabelecida, terá direito a duas heranças, às heranças de cada um de seus pais. Aliás, vou mais longe: observada a evolução desta matéria, a pessoa até poderá ter três (03) pais: um biológico, um registral e um terceiro, socioafetivo. O filho, com certeza, tem aspiração sucessória e será herdeiro de cada um deles, dos três pais que tem. (apud CALDERÓN, 2017, p. 231).

Logo, um filho pode herdar de dois pais ou duas mães, pois, a priori não há impedimento no nosso ordenamento jurídico, e uma vez que o direito passa a aceitar a ideia de que um único filho possa ter direito a diversos pais ou diversas mães,

deve se entender que essa aceitação resultará em todas as consequências jurídicas abarcadas no direito de família. Portanto o indivíduo que possua dois pais não pode ser privado do seu direito de herdar os bens de ambos. (CALDERÓN, 2017, p. 230).

Alguns críticos dizem que a multiparentalidade veio como uma questão meramente patrimonial, “uma corrida ao judiciário, uma caça a herança”, porém para se caracterizar a multiparentalidade depende de cada caso concreto, ou seja, se observado que o seu reconhecimento envolve apenas a questão patrimonial, não será reconhecido. Vale lembrar que esse reconhecimento é bilateral, ou seja, uma via de mão dupla, sendo que caso os pais necessitem na velhice o filho arca com a responsabilidade e vice e versa. (SCHREIBER, 2016).

Sobre os efeitos jurídicos na sucessão Hironaka (2003, p. 81, apud SANTOS 2014) aduz que:

A herança transmite-se aos herdeiros legítimos e testamentários. Ela se transmite por força da lei formando um condomínio entre todos aqueles que foram contemplados com a atribuição de uma quota parte ideal, observadas as alterações instituída pelo autor da herança por meio de testamento (herdeiro testamentário). No geral, todos os da mesma classe receberão a mesma quota parte ideal determinada por lei (herdeiro legítimo).

A sucessão independe do vínculo de parentesco e sim do vínculo de amor, devido a sua relevância na atual sociedade, fazendo com que siga as mesmas normas sucessórias vigentes no Código Civil, em que os descendentes (em eventual concorrência com o cônjuge ou companheiro sobrevivente) figuram na primeira classe de chamamento, sendo que os mais próximos excluem os mais remotos. (VELOSO, 2003, p. 240, apud SANTOS, 2014).

Segundo Farias e Rosenvald (2015, p. 227), sob o prisma do direito positivo brasileiro, a sucessão dos descendentes está submetida a duas regras fundamentais: a regra da igualdade substancial; a regra da proximidade.

Em relação à sucessão pelos ascendentes, na ausência de descendentes, os que figurarem como pais do mesmo filho seriam herdeiros concorrendo com eventual cônjuge sobrevivente, sendo também herdeiros necessários.

Portanto, como não há distinção jurídica sobre a forma de relação pai/filho ser biológica ou afetiva, reconhecida a multiparentalidade, ao se transmitir a herança haveria uma linha de chamamento sucessório dos múltiplos pais, sendo o filho multiparental herdeiro necessário de todos os pais que tiver. (SANTOS, 2014).

3 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL SOBRE O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE E MULTIHEREDITARIEDADE

Veio a conferir corpo essas novas categorias que nasceram do reconhecimento da afetividade e da sua leitura jurídica. Com o impulso da doutrina, passou-se a perceber que a sociedade estava decalcada por diversos relacionamentos formados pelo vínculo afetivo; a doutrina já conferia essa possibilidade narrando que a sociedade possuía esses vínculos de direito e não se podia virar às costas para realidade sob pena de fazer injustiça.

Na década de 90 chegou ao Judiciário, filhos de relações socioafetivas passando a pleitear seus direitos, mesmo sem uma lei expressa sobre os vínculos afetivos e que acolhesse a afetividade de maneira taxativa. Realidade social marcada pela afetividade, em que a doutrina passava a receber isso, mas a legislação ainda estava incipiente no tema, e quase não regulava expressamente isso até o final do século passado. (LÔBO, 2013).

Contudo, o poder judiciário brasileiro não se furtou a cumprir essas respostas, onde mesmo sem lei expressa a respeito do tema, buscou-se respostas, com base na hermenêutica do direito de família que não é apenas a aplicação direta da lei ao caso concreto. A hermenêutica do direito de família demanda uma análise sempre à luz dos princípios e valores da Constituição para então reinterpretar as categorias do direito de família. Isso foi feito pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que a época deu a palavra final acolhendo os vínculos socioafetivos da nova sociedade, reconhecendo então a existência, qualidade e eficácia desses vínculos socioafetivos, mesmo sem uma lei expressa que venha a dizer que isso poderia ser feito; então essa hermenêutica construtiva do STJ foi vital para que a partir da década de 90 houvesse o acolhimento da socioafetividade como categoria jurídica do direito de família brasileiro. (LÔBO, 2013).

Num primeiro momento foi justamente em casos paterno filial, veio então a consagrar a paternidade socioafetiva, que foi a porta de entrada para a afetividade nessas categorias jurídicas, o STJ foi de grande valia, um impulso a esse acolhimento da afetividade que sofria resistência até então, mas a demanda social era forte, a doutrina dava suporte para isso, então o poder judiciário veio acolher

e dizer sim, a partir de uma hermenêutica civil constitucional nos trazer essas respostas acolhendo os vínculos socioafetivos. (LÔBO, 2013).

A afetividade passou a impulsionar algumas legislações mesmo que de maneira vagarosa, devagar como toda transição paradigmática, mas é possível perceber o acolhimento da afetividade de maneira implícita em diversos dispositivos da Constituição Federal.

Tendo em vista que a sociedade se alterou e passou a estar lastreada nas relações familiares, seja conjugalidade, seja parentalidade, por esses vínculos afetivos, não há opção para o Direito, que pretenda bem responder essas demandas, a não ser assimilar esses vínculos afetivos.

Assim, a afetividade como princípio do direito de família, passa a ter um aspecto marcante, doutrinário, legislativo e em paralelo com a jurisprudência o Supremo Tribunal Federal tem reiterado em vários julgados, a afetividade como vetor contemporâneo nos relacionamentos familiares; diante de tal cenário se faz necessária a análise jurisprudencial sobre a possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade.

Caso 1:

Trata se do Recurso Extraordinário nº 898.060 SP, escolhido como leading case da Repercussão Geral 622, no presente caso verifica se que a autora, F. G., é filha biológica de A. N., comprovado por meio do resultado dos exames de DNA produzidos no curso do processo. Contudo, a autora ao nascer foi registrada como filha de I. G., que foi a pessoa cuidou dela por mais de vinte anos, responsável por sua formação humanística, caráter, e educação.

O acórdão de origem reconheceu a dupla parentalidade, dispondo sobre as consequências jurídicas decorrentes do vínculo genético relativos ao nome, alimentos e herança. O pai biológico não concordou com a decisão e recorreu por isso o caso foi julgado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, sustentando a existência de uma preponderância da paternidade socioafetiva frente à biológica, baseando se nos artigos 226, §§ 4º e 7º, 227, caput e § 6º, 229 e 230 da Constituição Federal; para então se desobrigar de seu encargo como pai, pois a filha já teria um pai socioafetivo, todavia a decisão do RE ora em comento trouxe a figura

da paternidade responsável, ou seja, se decidiu que não é porque já se tem a figura de pai socioafetivo que vai haver, necessariamente, a desresponsabilização do pai biológico, pois a paternidade é responsável.

Após profundo debate sobre a possibilidade de coexistência de um vínculo parental biológico e socioafetivo, com a relatoria do ministro Luiz Fux, e por maioria de votos fixou-se a seguinte tese jurídica: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais”.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADES SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA. PARADIGMA DO CASAMENTO. SUPERAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. EIXO CENTRAL DO DIREITO DE FAMÍLIA: DESLOCAMENTO PARA O PLANO CONSTITUCIONAL. SOBREPRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA (ART. 1º, III, DA CRFB). SUPERAÇÃO DE ÓBICES LEGAIS AO PLENO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS. DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO. INDIVÍDUO COMO CENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS REALIDADES FAMILIARES A MODELOS PRÉ-CONCEBIDOS. ATIPICIDADE CONSTITUCIONAL DO CONCEITO DE ENTIDADES FAMILIARES. UNIÃO ESTÁVEL (ART. 226, § 3º, CRFB) E FAMÍLIA MONOPARENTAL (ART. 226, § 4º, CRFB).VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO ENTRE ESPÉCIES DE FILIAÇÃO (ART. 227, § 6º, CRFB). PARENTALIDADE PRESUNTIVA, BIOLÓGICA OU AFETIVA. NECESSIDADE DE TUTELA JURÍDICA AMPLA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE. PLURIPARENTALIDADE. PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL (ART. 226, § 7º, CRFB). RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE TESE PARA APLICAÇÃO A CASOS SEMELHANTES. (STF, REEx nº 898.060, Rel Min. Luiz Fux, Plenário, pub. 24/08/2017).

No presente caso, o STF passou a reconhecer a paternidade socioafetiva, mesmo sem haver um registro público. Ademais, a paternidade afetiva e biológica encontra-se em um mesmo patamar hierárquico. Diante de tal entendimento, as portas para a possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade foram abertas no ordenamento jurídico.

Segundo Schreiber (2016): “o STF adotou um posicionamento claro e objetivo, em sentido diametralmente oposto ao modelo da dualidade parental, consolidado na tradição civilista e construído à luz da chamada “verdade” biológica.”

Pode se dizer que a multiparentalidade representa um grande avanço no Direito de Família, bem como na sociedade, tendo em vista que antes o que se decidia era pela paternidade afetiva ou biológica, ou seja, uma em detrimento da outra, porém a multiparentalidade veio para romper esse paradigma, em que se é possível ter a paternidade concomitante, cumulativa.

Para Calderón (2016), esse reconhecimento é decorrência da filiação socioafetiva, e trouxe diversos pontos positivos; dentre eles: a consolidação do princípio da afetividade, a paternidade socioafetiva e biológica em um mesmo patamar hierárquico, e por fim a possibilidade jurídica da multiparentalidade.

Segundo José Fernando o reconhecimento jurídico da multiparentalidade: traz consigo o surgimento de demandas que visem uma questão meramente patrimonial.

Contudo Calderón (2016) aduz que: “Por tudo isso, parece que os ganhos foram muitos, de modo que merecem destaque para que reverberem de forma adequada na avançada doutrina jusfamiliarista brasileira. É alvissareira a decisão do STF, que certamente remete a outras questões e a novos desafios, mas nos traz a esperança de uma nova primavera para o direito de família brasileiro”.

Como dito anteriormente, a multiparentalidade trouxe muitos pontos positivos a possibilidade de seu reconhecimento; se diz possibilidade, pois não necessariamente irá ocorrer em todos os casos, há uma instrução processual, em que não se deve analisar a afetividade apenas pelo lapso temporal; deve ser rigorosa, onde irá analisar se esta coexiste ou sobrepõe à biológica, depende de cada caso concreto, tendo em vista que não se trata de uma verdade absoluta.

Pode-se concluir que a multiparentalidade tem como requisito principal a afetividade, em que o vínculo afetivo deve estar presente. Ademais, sua finalidade não é previdenciária, sucessória, muito menos tem o viés patrimonialista, existe essa repercussão, no entanto, devem ser afastadas de plano visto que o requisito que os doutrinadores exigem para sua caracterização é a afetividade. A multiparentalidade veio como solução para não mais sonegar/excluir nenhuma das paternidades e sim coexistir quando na verdade exercem de fato essa paternidade; é um avanço no Direito de Família.

Caso 2:

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina na análise da Apelação Cível n. 2012.023843-1 trouxe entendimento em favor da preservação da memória do genitor Conforme ilustra a ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PATERNIDADE BIOLÓGICA DO RÉU EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE DIREITO DE PERSONALIDADE, SEM OS DEMAIS EFEITOS JURÍDICOS. APELO DO AUTOR QUE REQUER A REFORMA DO DECISUM PARA RECONHECER A PATERNIDADE BIOLÓGICA EM TODOS SEUS EFEITOS. CABIMENTO. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA QUE NÃO OBSTA O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE BIOLÓGICA, QUE DEVE SER RECONHECIDA EM TODA SUA EXTENSÃO, INCLUSIVE PATRIMONIAL E HEREDITÁRIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. DISCRIMINAÇÃO ENTRE OS FILHOS QUE É VEDADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU ART. 227, § 6º. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. "Os direitos de uso do sobrenome paterno e de herança são consequências lógicas da declaração de paternidade. A Constituição da República, em seu art. 227, assegura uma gama de direitos fundamentais aos filhos, decorrentes do estado de filiação, dentre eles, o de absoluta igualdade de tratamento com relação aos irmãos, nada importando se nascidos ou não do casamento" (Embargos Infringentes n. 2010.0540457, da Capital, declaração de voto vencido do rel. originário Des. Victor Ferreira, j em 13.7.2011). "A paternidade biológica traz em si responsabilidades que lhe são intrínsecas e que, somente em situações excepcionais, previstas em lei, podem ser afastadas. O direito da pessoa ao reconhecimento de sua ancestralidade e origem genética insere-se nos atributos da própria personalidade. A prática conhecida como 'adoção à brasileira', ao contrário da adoção legal, não tem a aptidão de romper os vínculos civis entre o filho e os pais biológicos, que devem ser restabelecidos sempre que o filho manifestar o seu desejo de desfazer o liame jurídico advindo do registro ilegalmente levado a efeito, restaurando se, por conseguinte, todos os consectários legais da paternidade biológica, como os registrai, os patrimoniais e os hereditários. Dessa forma, a filiação socioafetiva desenvolvida com os pais registrai não afasta os direitos do filho resultantes da filiação biológica, não podendo, nesse sentido, haver equiparação entre a 'adoção à brasileira' e a adoção regular. Ademais, embora a 'adoção à brasileira', muitas vezes, não denote torpeza de quem a pratica, pode ela ser instrumental de diversos ilícitos, como os relacionados ao tráfico internacional de crianças, além de poder não refletir o melhor interesse do menor. Precedente citado: REsp 833.712-RS, DJ 4/6/2007. Resp 1.167.993/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 18/12/2012" (STJ, informativo jurisprudencial n. 512 de 20.2.2013) (TJSC, Apelação Cível n. 2012.023843-1, Lages, Rel. Des. Jaime Luiz Vicari, J. 04/07/2013, DJ 14/08/2013).

No presente caso o Magistrado a quo aduz que existem três entendimentos jurisprudenciais, quais sejam o da prevalência do vínculo socioafetivo sobre o biológico, visando atender aos interesses do menor, o da prevalência do vínculo biológico sobre o socioafetivo, por fim, o que reconhece à dupla ou tripla filiação, dividindo a paternidade em biológica, socioafetiva e registral.

Em primeira instância o entendimento do magistrado foi pela prevalência do vínculo socioafetivo sobre o biológico, levando e conta o convívio de pai e filho socioafetivos por mais de 32 anos o tratando como se filho fosse.

Em segunda instância, o entendimento foi de que não há prevalência do vínculo socioafetivo sobre o biológico e que a paternidade socioafetiva e a biológica são espécies do mesmo gênero, ou seja, devem conviver sem que uma prevaleça sobre a outra. Assim, reconheceu a paternidade biológica não apenas para fins de personalidade, mas em toda sua extensão, inclusive na patrimonial e hereditária, bem como decidiu por preservar a filiação socioafetiva do registro do apelante.

Conforme entendimento do Des. Ronei Danielli, nos Embargos Infringentes 2010.054045-7, "O pai genético, tanto quanto o sociológico, deve ser responsabilizado pela sua paternidade, ainda que apenas financeiramente, já que o direito não dispõe de mecanismos jurídicos hábeis a realizar em termos pessoais e afetivos o primado constitucional da paternidade consciente e responsável".

Por fim, declarou que a prevalência do vínculo socioafetivo sobre o biológico foi uma criação jurisprudencial visando à proteção do direito do filho, não sendo cabível para desresponsabilizar a função de pai, tão pouco para privar os direitos do filho.

Caso 3:

Seguindo citada vertente, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu, em recurso de apelação, de forma não unânime, pela possibilidade de multiparentalidade, ou seja, preservando-se a coexistência de ambas as dimensões da paternidade. Conforme ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE. COEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS SÓCIO-AFETIVO E BIOLÓGICO. INEXISTÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE AS FIGURAS PATERNAS COMPROVADAMENTE DEMONSTRADAS NOS AUTOS. MULTIPARENTALIDADE. POSSIBILIDADE DE SEU RECONHECIMENTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. - Ao genitor não pode ser subtraída a oportunidade de obter provimento jurisdicional garantindo o reconhecimento do status de pai do menor, circunstância comprovada mediante a certeza científica decorrente da prova genética constituída no feito, visto que também merece relevo o fato de que a paternidade socioafetiva restou sobejamente demonstrada nos autos, ensejando a hipótese verdadeira ocorrência de multiparentalidade. Possível o reconhecimento judicial da multiparentalidade, conceito que ampara a coexistência de filiação biológica

e socioafetiva, preservando sempre o interesse do menor e a evidência das circunstâncias demonstradas nos autos, não obstante o entendimento, segundo o qual o reconhecimento da paternidade biológica redundaria necessariamente na exclusão da dimensão socioafetiva. O reconhecimento da situação de multiparentalidade, com a garantia ao assentamento, no registro civil, tanto da paternidade biológica quanto da socioafetiva, revela solução que se harmoniza com a preservação dos interesses do menor, considerando a ausência de hierarquia dentre as dimensões biológica ou socioafetiva da paternidade. A multiparentalidade garante a estabilização das relações familiares, preservando os direitos individuais e o melhor interesse da criança, pilares constitutivos da ótica orientadora das relações privadas e da família no constitucionalismo contemporâneo. - Recurso provido em parte para reformar parcialmente a sentença.

V.V. 1. A paternidade há de ser reconhecida não como um fato da natureza, cuja origem se radica em pura base biológica, mas um fato cultural, que se assenta na circunstância de amar e servir, fundada no exercício da liberdade e autodeterminação.

2. Aquele que assume com todo o carinho, amor e dedicação, a criação de uma pessoa desde seu nascimento, numa convivência diária, outra denominação e reconhecimento não se pode dar, que não a do pai verdadeiro.

3. Existência de mútuo afeto, em relação já constituída com o pai registral, havendo reconhecimento da figura paterna pelo infante, não obstante sua tenra idade.

4. Relação de socioafetividade presente, que não pode ser desconsiderada com fundamento na inexistência de vínculo biológico ou em razão do arrependimento do pai biológico em não ter assumido o filho oportunamente. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.321589-7/001, Relator (a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/06/2016, publicação da súmula em 12/07/2016).

No presente caso a mãe da criança vivia união estável com seu companheiro e em um determinado momento teve uma breve relação com outro homem, e dessa relação nasceu a criança, que em um primeiro momento não foi reconhecida pelo pai biológico, restou sendo criada e registrada pelo companheiro da mãe recebendo cuidados como se filho fosse.

Ao completar quase dois anos de idade o pai biológico veio requerer seu direito como pai, querendo enfim reconhecer a criança, e reivindicar a desconstituição de filiação socioafetiva. Houve a relutância da mãe e de seu companheiro, visto que durante o período que o pai biológico se recusou prestar assistência como pai, o socioafetivo prestou esse papel dispondo que durante esse período de convívio a criança já reconhecia o companheiro da sua genitora como pai, e, portanto a paternidade socioafetiva deveria prevalecer sobre a biológica.

Contudo, a juíza a quo decidiu a favor ao pai biológico, determinando a exclusão do pai socioafetivo, devendo constar no registro da criança o nome do pai biológico.

Recorreram ao Tribunal Mineiro, por não concordarem com a sentença, no sentido de que a paternidade da criança fosse definida na pessoa do pai socioafetivo. Cinco desembargadores julgaram o caso, sendo que o voto da relatora reformou a sentença, e o do vogal julgou parcialmente procedente o recurso para declarar a multiparentalidade.

A relatora do acórdão, a Desembargadora Áurea Brasil, julgou pela procedência do recurso do pai afetivo e da genitora, reformando a decisão de primeira instância em sua totalidade. Segundo a relatora, o pai biológico teve a oportunidade de assumir a paternidade desde a descoberta da gestação, mas preferiu ficar inerte.

Contudo, o Des. Moacyr Lobato trouxe a possibilidade de multiparentalidade, tendo em vista que o que se busca é o melhor interesse para a criança, e nesse caso a criança já teria um vínculo afetivo com o companheiro da mãe, sendo inviável e prejudicial a ele sonegar essa paternidade, bem como também seria prejudicial privá-lo da convivência com seu pai biológico, ou seja, a melhor solução é o reconhecimento da multiparentalidade. Conclui que:

[...] a possibilidade de reconhecimento da paridade existente entre a paternidade biológica e socioafetiva, tenho que ao genitor não pode ser subtraída a oportunidade de obter provimento jurisdicional garantindo o reconhecimento do status de pai do menor, visto que tal circunstância encontra-se comprovada mediante a certeza científica decorrente da prova genética constituída no feito. Ao mesmo tempo, tenho que deve ser garantida a preservação da paternidade socioafetiva, pois que necessária à garantia do melhor interesse da criança, amparando assim o resguardo da pretensão do indivíduo ao reconhecimento dos laços de parentesco que se configuram legítimos. Assim a situação aqui versada, a meu ver, demanda a possibilidade de reconhecimento da Multiparentalidade, conceito que ampara a coexistência de filiação biológica e socioafetiva, preservando sempre o interesse do menor e a evidência das circunstâncias colacionadas nos autos, uma vez que descabe a pretensão de que o reconhecimento da paternidade biológica redundaria necessariamente a exclusão da dimensão socioafetiva, ou vice-versa. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.321589-7/001, Relator (a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/06/2016, publicação da súmula em 12/07/2016).

Os outros três desembargadores seguiram entendimento do o Des. Moacyr Lobato, destacando a importância da análise do caso concreto, bem como evidenciando a necessidade do Direito acompanhar a vida das pessoas:

A vida anda, caminha, e com ela deve caminhar o direito. O que antes parecia inaceitável, como que de repente, passa a ser a realidade vivida e querida pela sociedade. “Soberana não é a lei, é a vida” – dizia o Min. Sálvio de Figueiredo. O Direito nunca se apresenta desvinculado da vida. Natural, portanto, que, em mudando os fatos ou a situação que disciplina, mude a interpretação. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.321589-7/001, Relator (a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/06/2016, publicação da súmula em 12/07/2016).

E, de fato, as diversas concepções históricas de família, nem sempre tiveram alicerce na afetividade, mas apenas era apoiado no vínculo biológico. Contudo, faz-se necessário que o Direito de Família acompanhe as mudanças da sociedade contemporânea, em que a afetividade passou a figurar como elemento central nos vínculos familiares; e assim se torne possível o reconhecimento da multiparentalidade.

Caso 4:

O REsp 1674849 do Rio Grande do Sul, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, apesar de pleitear o reconhecimento da multiparentalidade, não foi provido, diante da situação fatídica:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. FILHO HAVIDO DE RELAÇÃO EXTRACONJUGAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE QUANDO ATENDER AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. APLICAÇÃO DA RATIO ESSENCIAL DO PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JULGADO COM REPERCUSSÃO GERAL. SOBREPOSIÇÃO DO INTERESSE DA GENITORA SOBRE O DA MENOR. RECURSO DESPROVIDO. 1. O propósito recursal diz respeito à possibilidade de concomitância das paternidades socioafetiva e biológica (multiparentalidade). 2. O reconhecimento dos mais variados modelos de família veda a hierarquia ou a diferença de qualidade jurídica entre as formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico (ADI n. 4.277/DF). 3. Da interpretação não reducionista do conceito de família surge o debate relacionada à multiparentalidade, rompendo com o modelo binário de família, haja vista a complexidade da vida moderna, sobre a qual o Direito ainda não conseguiu lidar satisfatoriamente. 4. Apreciando o tema e reconhecendo a repercussão geral, o Plenário do STF, no julgamento do RE n. 898.060/SC, Relator Ministro Luiz Fux, publicado no DJe de 24/8/2017, fixou a seguinte tese: "a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais." 5. O reconhecimento de vínculos concomitante de parentalidade é uma casuística, e não uma regra, pois, como bem salientado pelo STF naquele julgado, deve-se observar o princípio da paternidade responsável e primar pela busca do melhor interesse da criança, principalmente em um processo em que se discute, de um lado, o direito ao estabelecimento da verdade biológica e, de outro, o direito à manutenção dos vínculos que se estabeleceram, cotidianamente, a

partir de uma relação de cuidado e afeto, representada pela posse do estado de filho. 6. As instâncias ordinárias afastaram a possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade na hipótese em questão, pois, de acordo com as provas carreadas aos autos, notadamente o estudo social, o pai biológico não demonstra nenhum interesse em formar vínculo afetivo com a menor e, em contrapartida, o pai socioafetivo assiste (e pretende continuar assistindo) à filha afetiva e materialmente. Ficou comprovado, ainda, que a ação foi ajuizada exclusivamente no interesse da genitora, que se vale da criança para conseguir atingir suas pretensões. 7. Ressalva-se, contudo, o direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, da menor pleitear a inclusão do nome do pai biológico em seu registro civil ao atingir a maioridade, momento em que poderá avaliar, de forma independente e autônoma, a conveniência do ato. 8. Recurso especial desprovido.

(STJ - REsp: 1674849 RS 2016/0221386-0, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 17/04/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/04/2018)

Primeiramente, cumpre ressaltar que a situação posta nos autos está relacionada à pretensão da genitora quanto à possibilidade de multiplicidade de vínculos parentais e o reconhecimento concomitante da filiação socioafetiva e biológica, em face das quais foi ajuizada a presente ação de investigação de paternidade com pedido de retificação de registro civil ajuizada.

No presente caso, a ação foi ajuizada por A C V D, representada por sua genitora, em desfavor de A V H e de E A C D; depreende-se dos autos que no período que a criança foi concebida, a mãe encontrava-se num relacionamento amoroso com ambos requeridos. E o réu E A C D por ter dois filhos com a genitora, registrou a criança, mesmo sem ter a certeza quanto à paternidade.

O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente o pedido com base no melhor interesse da criança, tendo em vista que o pai registral socioafetivo já se fazia presente em sua vida, assistindo-a material e afetivamente. Já a figura do genitor não demonstrou interesse em cuidar e responsabilizar pela menor.

Não satisfeita, a menor interpõe recurso especial expondo a necessidade de se reconhecer a multiparentalidade, ao argumento de que a “perfilhação biológica será favorável ao melhor convívio futuro entre as partes, sem que haja desconstituição vínculo socioafetivo. ”

Segundo relator, com base nos princípios da paternidade responsável e do melhor interesse da criança inviabilizam, no caso concreto, o reconhecimento da multiparentalidade. Ademais, a possibilidade de cumulação de paternidades biológica e socioafetiva não é a regra, dependendo de cada caso concreto; não

sendo admissível que o Poder Judiciário compactue com uma pretensão contrária aos princípios da afetividade, da solidariedade e da parentalidade responsável.

Assim, reconhecer a multiparentalidade no caso em apreço seria homenagear a utilização da criança para uma finalidade totalmente avessa ao ordenamento jurídico, sobrepondo o interesse da genitora ao interesse da menor. (STJ - REsp: 1674849 RS 2016/0221386-0, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 17/04/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/04/2018).

Em resumo, a melhor solução encontrada para essa ação foi que como o estado de filiação é um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível a menor ao completar a maioridade poderá buscar seu direito de inclusão da paternidade biológica no registro civil, se assim for a sua intenção respeitando assim o melhor interesse da criança, e não o interesse da genitora. (STJ - REsp: 1674849 RS 2016/0221386-0, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 17/04/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/04/2018)

CONCLUSÃO

A presente monografia teve como proposta discutir a multiparentalidade e a possibilidade de reconhecimento no atual ordenamento jurídico. Como visto ao longo do trabalho a multiparentalidade surgiu como alternativa de coexistência das paternidades biológica e socioafetiva, em que não há mais que se falar em hierarquia de paternidades, tendo como base, principalmente, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como o da afetividade que esta sendo visto como elemento constituidor de família na sociedade contemporânea.

Conforme primeiro capítulo chegou-se a ideia de que a sociedade “moderna” era mais rígida caracterizada pelo individualismo e patrimonialismo. Havia ainda a noção de família patriarcal, a qual era hierarquizada e o homem era visto como o líder do núcleo familiar. Ademais, era refletida numa comunidade de sangue fundada no casamento, havendo distinção entre os filhos havidos dentro e fora do casamento, sendo chamados de legítimos e ilegítimos, respectivamente.

Porém com o advento da constitucionalização do direito civil, a Família foi, então, para o texto constitucional devendo ser avaliada na perspectiva dos direitos fundamentais. Observa-se que o modelo de família, passa, então, a ser plural ao invés de singular, visto que a Constituição Federal reconhece a multiplicidade existente de famílias, quais sejam: as famílias monoparental, homoafetiva, reconstituída, paralela, eudemonista. Ademais, o direito de família passou a tutelar essas entidades familiares contemporâneas, que caracterizam se pela maior preocupação na manutenção do afeto, da solidariedade, amor, carinho, respeito.

Nesse contexto o afeto ganhou relevância jurídica quando o legislador conseguiu se desfazer dos conceitos patrimonialistas do direito de família e passou a valorizar os princípios da dignidade humana, solidariedade e do maior interesse da criança e do adolescente, vindo, atualmente, a afetividade ser considerada como princípio do direito de família contemporâneo, mesmo não constando expressamente no texto da Constituição Federal.

No capítulo dois constata-se que a multiparentalidade já é realidade na jurisprudência brasileira, caracterizada pela admissão da pessoa ter dois pais ou duas mães em seu registro cível, afastando-se a obrigação de escolher entre o

vínculo afetivo ou biológico, ou seja, vínculo parental não adstrito à consanguinidade.

Ademais, o reconhecimento jurídico de múltiplos pais, quando regularmente constituído, produz efeitos jurídicos que repercutem na esfera pessoal, social, e patrimonial, quais sejam: direito de ter o nome da família, direitos sucessórios, de guarda, visita, alimentos. Vale lembrar que há a necessidade de que todas as pessoas envolvidas figurem no registro de nascimento, para que produza os devidos efeitos.

Cabe destacar que aos filhos contemplados com múltiplos pais, embora essa situação traga consigo um “bônus”, os efeitos são para ambas as direções, ou seja, direito do filho em relação aos múltiplos pais, bem como direito dos múltiplos pais em relação ao filho, repercutindo no direito à herança e na reciprocidade de alimentos; podendo a multiparentalidade vir a se converter em “ônus” elevado àquele personagem que costuma ser visto como “felizardo” nas decisões judiciais que reconhecem a multiparentalidade.

No tocante ao direito sucessório, as normas sucessórias são aplicáveis aos filhos multiparentais, uma vez que o filho é reconhecido, passará a ter os mesmos direitos sucessórios dos outros filhos que o indivíduo possa ter, em que a igualdade entre os filhos deve existir em todo e qualquer caso, sendo vedada qualquer discriminação quanto à natureza dessa filiação.

De outra banda, conforme previsão do artigo 5º, XXX da CF o direito à herança é cláusula pétrea, sendo assim ao se reconhecer a multiparentalidade o direito sucessório é apenas uma consequência natural do acolhimento do instituto.

Ressalte-se, contudo que para se caracterizar a multiparentalidade se faz necessária a análise de cada caso concreto, e se observado que o reconhecimento tem mero fim patrimonial, não será reconhecido, ou seja, é possível a dupla sucessão desde que esteja presente a convivência, a afetividade, o cuidado.

Com relação à parentalidade socioafetiva, verifica-se que o legislador optou dar relevância ao caso concreto e à realidade social em vista dos preceitos jurídicos preexistentes, trazendo ao primeiro patamar a importância do afeto existente entre duas pessoas que exercem a situação fática de pai(s) e filho(s), sem deixar de lado,

a existência e a responsabilidade da filiação biológica.

No terceiro e último capítulo ao analisar a jurisprudência denota-se que os tribunais têm valorizado o afeto existente nas relações familiares, e quando comprovada a situação de concomitância de vínculos, baseado pela convivência familiar, natural e harmônica, tendo como princípio a afetividade e o interesse na paternidade responsável tem-se reconhecida a multiparentalidade. E, quando não há o reconhecimento observa-se que a situação familiar não correspondia a uma relação multiparental.

Verificou-se que o que se buscou no judiciário foi dar efeitos jurídicos para a parentalidade decorrente do afeto. Há uma instrução processual, em que não se deve analisar a afetividade apenas pelo lapso temporal; deve ser rigorosa, onde irá analisar se esta coexiste ou sobrepõe à biológica, depende de cada caso concreto, tendo em vista que não se trata de uma verdade absoluta, em que a legislação ainda não é unânime quanto às decisões proferidas, quanto aos posicionamentos doutrinários, bem como quanto à possibilidade legal do reconhecimento da multiparentalidade.

Sendo assim, conclui-se que, a multiparentalidade deve ser amparada pelo ordenamento jurídico, bem como pela sociedade, visto que o seu reconhecimento é de interesse ao Direito de Família, qual seja: o de resguardar com dignidade o meio familiar.

REFERÊNCIAS

BOEIRA, José Bernardo Ramos. **Investigação de paternidade**: Posse de estado de filho: paternidade socioafetiva. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

BRANDELLI, Leonardo. **Nome civil da pessoa natural**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 24. ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **RE 898.060/SC**. Julgado em 21/09/2016. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4803092>> Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2012.023843-1**. Relator Jaime Luiz Vicari. Julgado em 3/07/2013. Disponível em <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23956476/apelacao-civel-ac-20120238431-sc-2012023843-1-acordao-tjsc>> Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Cível 1.0024.13.321589-7/001**. Relator (a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª câmara cível. Julgado em 30/06/2016, publicação da súmula em 12/07/2016. Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_movimentacoes2.jsp?listaProcessos=10024133215897001> Acesso em: 10 set. 2018.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da afetividade no direito de família**, 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530977153>> Acesso em: 02 ago. 2018.

CAMPOS. Alyson Rodrigo Correia; LOBO. Fabíola Albuquerque; LEAL. Larissa Maria de Moraes, **Direito das famílias das sucessões**. Recife: Nossa Livraria, 2014.

CARVALHO, Luiz Paulo de. **Direito das sucessões**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011340/cfi/6/46!/4/270/8/2@0:0>> Acesso em: 12 ago. 2018.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva: Efeitos Jurídicos**. São Paulo: Atlas, 2014.

CHAVES, Marianna. A criança e o adolescente e o parentesco por afinidade nas famílias reconstituídas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2721, 13 dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17987>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FACHIN, Luiz Edson. Posse de estado de filho, adoção e sucessão testamentária. **Soluções Práticas**. v. 2. p. 135. jan. 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**, direito de família. 4 ed. vol. 6. Salvador: Jus Podium, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: sucessões**, volume 7. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

FUJITA, Siguemitsu, J. **Filiação**, 2. ed., São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466917/cfi/104!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 12 ago. 2018.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Famílias reconstituídas**: novas uniões depois da separação. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.

LATINI, Lucas Maldono Diz; SILVA, Maico Pinheiro Da; PELLIZZONI, Nelton Torcani. Multiparentalidade e seus efeitos no direito sucessório. **Revista jus navigandi**, Teresina, abr. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57418/multiparentalidade-e-seus-efeitos-no-direito-sucessorio/3>> Acesso em 2 jun. 2018.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**. A situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito civil aplicado**: Direito de família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. V. 5.

LÔBO, Paulo Luiz Netto Princípio jurídico da afetividade na filiação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 41, 1 maio 2000. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/527>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). Anais do IV **Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas para além do *numerus clausus*. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre: Síntese, n. 12:40- 55, jan./mar. 2002. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB.pdf>> Acesso em 14 ago. 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Socioafetividade em família e a orientação do STJ: Considerações em torno do REsp 709.608. **Revista jus navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3760, 17 out. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25365>>. Acesso em: 14 set. 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: Famílias**, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547209865/recent>> Acesso em: 15 ago. 2018.

NOGUEIRA, Jacqueline Filgueras. **A filiação que se constrói**: o reconhecimento do afeto como valor jurídico. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

Palestra “Visão Panorâmica do Direito de Família”, proferida pelo juiz federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, na **Escola Paulista da Magistratura** em 7 mar. 2007. Disponível em: <
<http://www.epm.sp.gov.br/Noticias/noticia/3466?pagina=236>> Acesso em: 3 jun. 2018.

PEREIRA Caio Mário da Silva. **Reconhecimento de paternidade e seus efeitos**. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Cunha, **Dicionário de direito de família e sucessões**: ilustrado, 1. ed., São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502622852/cfi/457!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 10 set. 2018.

PÓVOAS, Mauricio Cavallazzi. **Multiparentalidade**: a possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

PRETTO, Gabriela Camila. **Multiparentalidade**: possibilidade jurídica e efeitos sucessórios. Monografia. Florianópolis, 2013. Disponível em:
 <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117154/TCC%20pdf.pdf?sequence=>>>. Acesso em: 18 set. 2018.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**, 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5837-4/cfi/6/10!/4/2@0:69.0>> Acesso em: 10 ago. 2018.

RODRIGUES, Renata de L.; TEIXEIRA, Ana C. B. Multiparentalidade como efeito da socioafetividade nas famílias recompostas. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Belo Horizonte, n: 10, p. 34-60, jun./jul. 2009.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. Famílias simultâneas e monogamia. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Família e Dignidade Humana**. Anais V **Congresso Brasileiro de Direito de Família**. São Paulo. IOB Thomson, 2006.

SANTOS, José Neves dos. Multiparentalidade: reconhecimento e efeitos jurídicos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 4093, 15 set. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29422>>. Acesso em: 21 set. 2018.

SCHREIBER, Anderson. STF, Repercussão Geral 622: a multiparentalidade e seus efeitos. **Jornal Carta Forense (versão digital)**, 2016. Disponível em: <
<http://www.carteforense.com.br/conteudo/artigos/stf-repercussao-geral-622-a-multiparentalidade-e-seus-efeitos/16982>>. Acesso em: 23 de ago. 2018.

VALADARES, Maria Goreth Macedo. Análise do Acórdão nº 1.0024.13.321.589-7/001 julgado pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

reconhecimento da multiparentalidade. **Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil**, Belo Horizonte, vol. 12, p. 123-134, abr./jun. 2017.

VARGAS, Glaci de Oliveira Pinto; WERLANG, Maslova. **Paternidade**. investigação judicial e coisa julgada. Florianópolis: OAB/SC, 2004.

VILLELA, João Batista. **Desbiologização da paternidade**. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156>>. Acesso em: 29 out. 2018.

VILLELA, João Batista. Família hoje. Entrevista a Leonardo de Andrade Mattietto. In: BARRETO, Vicente (Org.) **A nova família**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

VILLELA, João Batista. Liberdade e família. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. v. 03, Belo Horizonte: UFMG, 1980.

WALD, Arnoldo. **O novo direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2002.

WELTER, Belmiro Pedro Marx. **Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

WELTER, Belmiro Pedro Marx. Teoria tridimensional do direito das famílias. **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 71, p. 127-148, jan./ abr. 2012.